

ACTA Nº 09/2007

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA SETE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E SETE.

Aos sete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e sete, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a primeira reunião da Sessão de Setembro, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 18/09/07 a 03/12/07; -----

Ponto 2 - Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008; -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Alteração do Regulamento e Taxas do Cais dos Pescadores da Costa Nova; -----

Ponto 4 - Apreciação e votação das alterações às Taxas do Regulamento Interno do Parque de Campismo da Praia da Barra; -----

Ponto 5 - Apreciação e votação da alteração ao quadro de pessoal da Câmara Municipal. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente José Agostinho Ribau Esteves e os Vereadores Fernando Caçoilo, Marcos Ré, Margarida São Marcos, Paulo Costa e António Pedro Martins. Não esteve presente o Vereador João Oliveira. -----

FALTAS: Josué Teixeira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Soares. -----

Cláudia Santos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Carlos Lopes. -----

Hugo Coelho, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do País. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, David Louro. -----

David Louro, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Maria de Fátima Bola. -----

Cláudia Santos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Carlos Lopes. -----

SUSENSÃO DE MANDATO: -----

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da Câmara Municipal de Ílhavo; Venho solicitar a V.Ex.a, a suspensão do meu mandato, como membro da Assembleia Municipal pelo PS, pelo período de 60 dias, por motivo de doença. -----

Com os melhores cumprimentos -----
Ass) Francisco Grangeia” -----

A Assembleia de Ílhavo tomou conhecimento, passando a substituição a ser feita pelo membro imediatamente a seguir na lista, João Canha Lopes. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a presença de: António Neves Vieira, Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Hernâni Santo, Pedro Tróia, Irene Ribau Esteves, Manuel Soares, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Carlos Lopes, Nuno Torres, Fernando Nascimento, José Alberto Loureiro, João Canha Lopes, Jorge Tadeu Morgado, Maria de Lurdes Vieira, Eduardo Ferreira, Rui Pereira, Maria de Fátima Bola, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H30. -----

ACTAS DAS REUNIÕES ANTERIORES: -----

Acta n.º 08/2007: Submetida a votação foi aprovada por maioria, com a abstenção do membro Maria de Fátima Bola. -----

Foram apresentados à Mesa três VOTO DE PESAR: -----

1- “A Dra. Maria José Senos da Fonseca, nasceu em Ílhavo em 1938, tendo exercido funções na qualidade de autarca, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal; -----
Esteve na origem da Obra da Criança, foi fundadora e dirigente do CASCI, Instituição de Solidariedade Social formada em 1980 por um grupo de cidadãos interessados na resolução dos problemas dos grupos sociais mais desfavorecidos. -----

A Câmara Municipal de Ílhavo prestou-lhe homenagem em Abril de 2001, com a atribuição da Medalha do Concelho em Ouro, reconhecendo publicamente a importância e o valor da sua acção como dirigente daquela Instituição de Solidariedade Social de Ílhavo. -----

Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo proponho que a Assembleia Municipal de Ílhavo reunida em 7 de Dezembro de 2007 delibere: -----

- Manifestar publicamente o seu voto de pesar -----

- Apresentar à sua família as mais sentidas condolências -----

- Publicar na Imprensa Regional -----

Ílhavo, 7 de Dezembro de 2007 -----

A Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo -----

Ass) Presidente; 1.º Secretário; 2.º Secretário. -----

2- “ Pelo falecimento da Dra. Maria José Senos da Fonseca Picado, uma mulher de convicções e de trabalho efectivo dedicado aos outros e especialmente aos mais desfavorecidos pelo bafejo de pouca sorte. -----

Pela excepcional obra que deixa, o CASCI, fica a perpetuação do seu nome neste concelho de Ílhavo. Muitas vezes não compreendida politicamente pelos autarcas, foi uma mulher que trilhou a sua vida sempre num mesmo sentido, sem nunca se desviar daquilo que ela sempre julgou o ser correcto para a instituição que geriu. -----

As.) Eduardo Manuel Simões Ferreira -----

Deputado Municipal -----

CDS- Partido Popular -----

Ílhavo, 2007.12.07”. -----

3- “Morreu, no passado dia 25 de Novembro, a Dr^a. Maria José Senos da Fonseca. -----

UM CORAÇÃO DO TAMANHO DO MUNDO. -----

Vida dedicada aos deserdados da vida. -----

Tantas vezes lutando contra ventos e marés Zeca Fonseca é A MAIOR FIGURA DE SEMPRE DO CONCELHO DE ÍLHAVO. -----

Pensamos que mais do que as palavras, ficará para sempre a maior de todas as obras sociais da nossa região: O CASCI. -----

Nada quis receber em troca. -----

Saiba o Município honrar a sua memória colocando o seu nome na toponímia Ilhavense. -----

Assim propomos: -----

Um voto de pesar pela sua morte. -----

O Membro do PCP -----

As.) José Alberto Ramos Loureiro”. -----

O Presidente da Mesa propôs aos membros da Assembleia Municipal que o segundo e terceiro voto de pesar apresentado fossem consubstanciados ao primeiro. A presente proposta foi aprovada por unanimidade, tendo os membros afectos ao PS manifestado a intenção de subscrever o texto final. -----

Foram apresentados os seguintes documentos à Mesa pelo membro da CDU: -----

VOTO DE AGRADECIMENTO: “POR ÍLHAVO -----

Oitenta e seis anos ao serviço da comunidade, o Ilhavense transformou-se ao longo de tão longa vida na voz daqueles que não têm voz. -----

Porta-voz de todas as correntes políticas, sociais e humanas do nosso Concelho, não pode esta Assembleia Municipal ficar indiferente à passagem de mais um aniversário. -----

1. Considerando tal facto proponho que esta Assembleia Municipal lúdima a representante do Povo Ilhavense aprove um voto de agradecimento, pelo trabalho que este Órgão de Comunicação Social vem desenvolvendo em prol do nosso Concelho. -----
Ílhavo, 7 de Dezembro de 2007 -----

O Deputado do PCP -----

Ass): José Alberto Ramos Loureiro -----

Submetido a votação, foi rejeitado por maioria com dezasseis (16) votos contra dos membros do PSD e nove (9) votos a favor dos membros do PS, CDS/PP e CDU. -----

MOÇÃO: " Canta o poema de Ílhavo a nossa Ria Sonhadora e Bela. -----

Hoje todos nos quedamos perfeitamente incrédulos perante o estado verdadeiramente vergonhoso a que a deixaram chegar. -----

Assim: -----

Considerando a Ria de Aveiro, um pólo virtual no seu aspecto económico-social e humano; -----

Considerando a continuada degradação a que se deixou chegar aquela que é uma das mais belas lagunas do mundo (ou deveria ser), fruto de um prolongado desinvestimento público; -----

Considerando que a situação actual da Ria se agravou ainda mais em função da indefinição quanto à sua gestão, que neste momento é partilhada por uma gama incrível de instituições; -----

Considerando que o recente anúncio do Ministro do Ambiente de criação de um Programa Polis para a Ria de Aveiro, não foi acompanhado de esclarecimentos sobre os seus conteúdos; -----

Considerando que o Ministro do Ambiente se limitou a afirmar que no próximo ano serão feitos estudos e que o projecto se concretizará em 2009; -----

Considerando que, como o próprio Ministro assumiu " tudo está numa fase muito inicial", pelo que em boa fé não é possível afirmar que está criada ou até decidida a criação da entidade gestora da Ria de Aveiro:-----

A Assembleia Municipal decide: -----

1. Solicitar ao Senhor Ministro do Ambiente um esclarecimento completo sobre o anunciado Programa Polis para a Ria de Aveiro, designadamente quando: -----

a) Ao objectivo do Programa Polis? -----

b) À capacidade do Programa Polis de jurisdição e intervenção sobre toda a Ria? -----

c) Aos meios humanos, financeiros e competências para as intervenções que são inadiáveis? -----

d) À duração do Programa Polis e algo que acontecerá depois das primeiras intervenções? -----

e) À capacidade do Programa Polis para recolha de taxas e tarifas relacionadas com a Ria? -----

O Deputado do PCP -----

Ass): José Alberto Ramos Loureiro -----

Submetido a votação foi aprovado por maioria com dezasseis (16) votos a favor (13 PSD, 1CDU e 1CDS/PP), um (1) voto contra do membro Mário Júlio e oito (8) abstenções (7 PS e 1 do membro Manuel Serra).-----

REQUERIMENTO: "Como é do conhecimento geral, fomos, há pouco tempo, surpreendidos com o facto do terreno onde está edificada a Biblioteca Municipal, bem como o Fórum Municipal da Juventude, pertencer a uma empresa de construção. Na altura, foi dito pelos responsáveis camarários, que apesar disso, o património municipal estava acautelado. O PCP, na devida altura, endereçou uma série de questões que julga ser necessário responder para clarificar a situação e elucidar a população sobre os contornos do negócio. -----

Há faltas de respostas, voltamos a colocar as perguntas ao Presidente da autarquia, no espaço da Assembleia Municipal. Assim: -----

Havendo um acordo inicial entre a Câmara Municipal e a empresa Nolasco & Coelho, Lda., questionamos: --
É ou não verdade que a Câmara Municipal não cumpriu esse acordo? -----

É ou não verdade que já em 2004 (com o actual presidente em funções) a empresa Nolasco & Coelho Lda., apresentou uma acção em tribunal contra a Câmara Municipal de Ílhavo, por incumprimento do acordo entre as duas entidades? -----

É ou não verdade que a Câmara Municipal de Ílhavo jamais contestou a acção da empresa Nolasco & Coelho Lda.? -----

É ou não verdade que a sentença de 28 de Setembro, desfavorável à Câmara Municipal de Ílhavo, nunca por esta foi contestada, daí ter transitado em julgado a 8 de Outubro? -----

De que forma é que a autarquia pensa readquirir o direito àquela propriedade? -----

Estas são, apenas, algumas das questões que ficaram sem resposta dos responsáveis autárquicos, neste importante, mas rocambolesco, processo. -----

Ílhavo, 7 de Dezembro de 2007 -----

O deputado do PCP -----

As.) José Alberto Ramos Loureiro". -----

O Presidente da Mesa informou que o requerimento seria aceite pela Mesa, afim de o mesmo ser respondido de acordo com a Lei. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

EDUARDO FERREIRA: Tomou conhecimento pela Comunicação Social que os alunos do 4º ano foram convidados a visitarem a Assembleia da República, destacando que a mesma permitirá às crianças o conhecer efectivo envolvimento e desenvolvimento político do País. -----

Relativamente ao processo da construção do novo Quartel de Bombeiros, questiona qual o ponto de situação do mesmo. -----

No que respeita à situação do processo entre a Câmara Municipal e a empresa Nolasco & Coelho, Lda, pergunta quem é que tem a razão legal a seu favor, bem como se foram tomados todos os procedimentos, visto que numa fase do processo a Câmara não contesta a acção, questionando qual a razão. Pergunta ainda, quem suportará os prejuízos financeiros a advir desse processo. -----

PEDRO PARRACHO: Indica que as pessoas com deficiência são detentoras de todos os direitos humanos. Diz ainda que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que Portugal assinou em 30 de Março de 2007, veio clarificar a panóplia de direitos que os Estados devem assegurar às pessoas com deficiência. -----

No entanto, diz que a realidade portuguesa é bem distinta, porque o Estado discrimina, objectivamente, estes cidadãos em todas as áreas, inclusive na da saúde e na atribuição de uma pensão social inferior a 180,00 euros mensais. Explica que anteriores governos, conscientes da dimensão desta discriminação, introduziram mecanismos de compensação, que abrangiam desde a gratuitidade dos medicamentos até benefícios fiscais. No entanto, apesar de nenhuma medida positiva ter sido adoptada para assegurar a igualdade de direitos, foi agravada a situação através da retirada destes mecanismos destinados a atenuar o défice de qualidade de vida dos cidadãos com deficiência, em permanente situação de desigualdade face às barreiras e bloqueios que lhes são impostos, permitindo que exerçam os seus direitos e cumpram os deveres nas mesmas condições que os seus concidadãos. -----

Nessa medida, comenta que os seus direitos não lhes são garantidos pelo Estado Português, sendo intolerável que as suas condições de vida sejam agravadas pela introdução de medidas penalizadoras. E, com o Orçamento de Estado para 2008, o governo penaliza mais uma vez os deficientes trabalhadores e os reformados. -----

JORGE TADEU: Em resposta ao membro Eduardo Ferreira, indica que os alunos do 4º ano das escolas do 1º Ciclo da freguesia de São Salvador, que visitaram a Assembleia da República, foram recebidos por ele e pelo Deputado Prof. João Bernardo, tornando-se uma visita muito interessante. -----

Relativamente sobre o Orçamento de Estado, diz que foi anunciado o Programa Polis para a Ria de Aveiro, tendo o ministro dito que tinha em preparação um despacho para lançar a preparação de um plano de intervenção para a Ria de Aveiro, tendo passado um mês e nada apresentado. -----

Na sua opinião, este Plano poderá não corresponder às necessidades objectivas da Gestão da Ria de Aveiro, dado que, tal como o nome indica, é um programa vocacionado para a requalificação urbana e para a requalificação ambiental das cidades do País, e aplicá-lo a um espaço natural como é a Ria da Aveiro, não parece que seja a melhor ideia. -----

Entende ainda que o programa não corresponde às ansiedades objectivas para a Gestão da Ria de Aveiro, visto que a mesma exige uma gestão integrada e não somente de um plano de investimentos, como o referido programa que terá um período limitado no tempo. -----

Diz que continuam a aguardar por informações e despacho do Ministro sobre o que pretende fazer para a Ria de Aveiro, pois há urgência em conhecer as suas atribuições, competências, a sua constituição, o seu orçamento e a sua sobreposição, ou substituição face às competências actualmente expressas por outras entidades. -----

Diz ainda, que considera este anúncio como uma reacção a outro anteriormente efectuado por um grupo de deputados do PSD, eleitos pelo circulo eleitoral de Aveiro, que após a discussão e a aprovação do Orçamento de Estado na Assembleia da República, apresentaria um diploma para a criação de uma entidade para a gestão integrada da Ria de Aveiro. Apesar de não concordar com o modelo, aceita o plano de investimentos anunciado para o programa Polis com atribuições específicas e com a possibilidade de evoluir para Gabinete de Gestão Integrada da Ria, do que nada ter. -----

FLOR AGOSTINHO: No âmbito do quadro legal do exercício da actividade política, destaca a eleição do Presidente da Câmara Municipal para o cargo de Secretário-Geral do P.S.D, mencionando que para o PSD de Ílhavo é um orgulho que um dos seus militantes exerça um dos mais altos cargos do partido, tal como se constatou, para a maioria dos munícipes deste Concelho, atento às diversas manifestações de satisfação registadas logo após a sua nomeação. Diz ainda que o PSD de Ílhavo reitera a sua total tranquilidade e convicção de que Ribau Esteves saberá honrar o compromisso assumido para com os Ilhavenses aquando da sua eleição para Presidente desta autarquia, bem como desempenhará o cargo de dirigente do P.S.D., desempenhando ambos com equilíbrio, disponibilidade e empenho, em prol dos interesses dos munícipes de Ílhavo. Referencia, igualmente, a elevada visibilidade e promoção do Concelho de Ílhavo, resultante da mediática eleição. Face ao exposto, o P.S.D, representado nesta Assembleia continua a apoiar, propor e validar as propostas que o actual executivo venha a propor, com o propósito de proporcionar melhor qualidade de vida à população do Concelho. -----

Manifesta preocupação pela taxa de desemprego de 8,5%, do qual se seguiu com a apresentação de duas soluções pelo Primeiro-Ministro, em que o desemprego só baixa se fizer crescer a economia e as qualificações dos cidadãos. Indica concordância, mas refere que a realidade é a lacuna no crescimento da economia e nas qualificações. Afirma que a situação agrava-se com o emprego precário, através dos recibos verdes. Destaca este assunto porque foram anunciadas as primeiras medidas do QREN, esperando que este vá resolver o problema. -----

Questiona se o Concelho de Ílhavo tem este problema com esta gravidade que hoje se regista a nível nacional, bem como o ponto de situação do QREN e se as suas medidas e estudos com a Universidade de Aveiro, vão contemporizar a possibilidade de reduzir e contribuir para a redução do desemprego. -----

HUMBERTO ROCHA: Coloca duas perguntas: Qual a razão do atraso da entrega das Bolsas de Estudo e qual o ponto de situação do URBCOM e do RECUPERAÍLHAVO. -----

JOSÉ LOUREIRO: Lança o lema de "salvarem" o Porto de Aveiro, visto que a sua situação é degradante. Houve uma quebra nas estatísticas de 42,34%, não havendo circulação de navios, nem carga ou descarga, isto é, houve uma diminuição de movimento. Por isso, pergunta se não havendo circulação de mercadorias, haverá necessidade em gastar mais dinheiro no Porto. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Indica que algumas respostas serão dadas no Período Antes da Ordem do Dia. -----

Subscreve a intervenção do Pedro Parracho, porque são incompreensíveis as novas medidas que o Orçamento de Estado vem introduzir, nomeadamente para os deficientes e os cidadãos com pensões baixas, estando o Governo a revelar uma insensibilidade social muito grave. -----

Responde ao membro Jorge Tadeu dizendo que é intenção do Ministro adoptar a tipologia POLIS para arranjar uma solução de intervenção na Ria de Aveiro e que a opinião dos autarcas da Ria de Aveiro é unânime e pública, destacando que o instrumento ARH, que é a entidade que vai gerir a Ria é um instrumento incapaz, técnico, político e financeiramente de gerir a Ria de Aveiro da mesma forma que a

CCDR. Diz que o regime legal POLIS pode ser uma boa solução desde que seja uma entidade que seja capaz de fazer gestão integrada e gerir os principais investimentos que a Ria necessita. -----

Indica que o preocupante e urgente é intervir e criar um instrumento capaz de gerir a Ria, implementando uma filosofia e uma operação de gestão integrada com base nos instrumentos financeiros do QREN, para fazer intervenções que a Ria precisa, nomeadamente, uma intervenção profunda de dragagem, protecção de margens em zonas mais sensíveis e agregada a ela, um processo de assinalamento. -----

Responde ao membro Flor Agostinho relativamente à questão do desemprego e do QREN dizendo que, Portugal está numa situação de crescimentos estrutural do desemprego e com os níveis de crescimento económico tidos e com os previstos para 2008 não vê como se irá resolver o problema do desemprego. Diz que o truque do Governo está em pegar numa das maiores fatias financeiras do QREN e usá-la em políticas de pseudo formação profissional e emprego precário. -----

Refere que apesar de Portugal se desenvolver em infra-estruturas não conseguiu resolver o problema da capacitação do seu potencial humano. Por isso, entende que se deve aproveitar o apoio financeiro do QREN para serem apresentados programas estruturantes para resolver este problema. Espera que o Governo utilize o QREN para melhorar e recuperar o País naquilo que não foi melhorado nos últimos anos. --

Explica que a Área Metropolitana em cooperação com a Universidade de Aveiro procura envolver as obras com a dinamização cultural, a valorização ambiental, e a formação e valorização das pessoas da região. Dá como exemplo a obra do Jardim Oudinot, no qual se pretende agregar o laboratório oceanográfico da Universidade de Aveiro, com o Centro de Formação Profissional na área do Mar, para que aquela aposta possa ter a qualificação urbana e ambiental física de um espaço nobre, mas que também possa ter agregado intervenções de valorização cultural, ambiental ao nível da ciência, da sensibilização e da educação, e também ao nível da formação, nomeadamente em áreas específicas da ciência do Mar, e da formação profissional. -----

Responde ao membro José Loureiro, que o Porto de Aveiro fez um grande investimento em infra-estruturas, aguardando pelo desenvolvimento da infra-estrutura ferroviária, encontrando-se a cativar investimento privado e a usufruir desse investimento. -----

Apesar de estar a decorrer um momento de grande dificuldade no Porto de Aveiro, há novidades, tais como uma central cerealífera, uma fábrica de biodiesel, duas estações de combustíveis, e em construção, uma fábrica de construção na área da energia eólica, com capacidade para criar 200 postos de trabalho. Para cativar mais a atenção de externos, levará a cabo uma operação de dragagem e de redesenhar a entrada da barra, afim de receber navios até 200 metros de novos mercados. -----

Entende que o ano 2008 que se espera difícil, tem as condições para se relançar no final de 2009 em termos de crescimento e de movimentações. -----

Termina dizendo que, um dos maiores grupos empresariais do país está a investir no porto preparando futuramente mais investimentos que irão criar emprego e riqueza. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as segundas intervenções dos membros, não tendo havido inscrições. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1- Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 19/06/07 a 17/09/07. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: Em primeiro, destaca a adjudicação do Jardim Oudinot, da obra de requalificação, sem estar financiada pelo QREN, mas a sua importância exige o seu seguimento para transformar a zona numa das mais nobres da Ria de Aveiro. -----

Em segundo, indica que a Educação é uma área muito importante tendo uma incidência e atenção especial, referenciando o cumprimento a 100% do Plano Municipal de Intervenção Educativa, a homologação da Carta Educativa, pelo Ministério da Educação, permitindo ficar elegíveis para os fundos do QREN. Diz que a Carta é um instrumento de trabalho com uma multiplicidade de objectivos, apoio de todos os parceiros agentes no sistema educativo como a qualificação do parque escolar em 2008. -----

Em terceiro, destaca o 2º aniversário da tomada posse do Executivo Municipal e da Assembleia Municipal, lamentando a ausência total dos partidos da oposição e agradecendo ao PSD, a consideração dos seus autarcas. -----

Em quarto, menciona a aceitação do convite do Dr. Filipe Menezes para ser Secretário-Geral do PSD, tendo noção da compatibilidade com o compromisso de Presidente da Câmara. No entanto, entendeu que algumas funções eram politicamente incompatíveis com essa, e por isso, a opção de deixar as funções de Vice-Presidente da Comissão Política Nacional dos Autarcas do PSD, de Administrador não executivo da SIMRIA, e de membro efectivo do Conselho Directivo da ANMP. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Solicita informações sobre o que significa em termos contabilísticos a verba acréscimos e deferimentos, no valor de dezasseis milhões quatrocentos e dezoito, quatrocentos e sessenta e quatro euros vinte e um cêntimos, isto é se é uma dívida da Câmara. -----

HUMBERTO ROCHA: Dos documentos apresentados, destaca o memorando do Nolasco & Coelho dizendo que há pontos a esclarecer e que não estão correctamente apresentados. -----

Diz que em 31/03/95, a Câmara Municipal de Ílhavo, presidida pelo próprio, celebrou a escritura do Lote 37, do Loteamento de Alqueidão, que incluía o Palácio de Alqueidão, pretensão há muito ansiada pela Autarquia, desde o tempo dos antigos proprietários Rebocho de Albuquerque, até ao novo proprietário João Nolasco Geraldo, com firma "Nolasco & Coelho, Lda", na presidência do Eng. Rocha Galante. -----

Indica que em 24/05/95, o Executivo do Eng. Galante é obrigado a revogar a deliberação de 17/06/92 face a informação da DTOU, Divisão da CMI. -----

CARLOS LOPES: Questiona o Presidente da Câmara relativamente ao acumular de funções de Secretário-Geral do PSD. -----

MANUEL SOARES: Relativamente à requalificação do Jardim Oudinot, pergunta se a Câmara ou a APA têm solução para responder às preocupações dos pescadores e proprietários das embarcações que se encontram em situação de ancoradouro. -----

MÁRIO JÚLIO: Sobre a reformulação da conduta adutora de água sobre a Ponte da Barra, diz que é uma obra de exemplo da capacidade do Executivo Municipal, em antecipar o futuro e dotar neste caso as populações da Barra e da Costa Nova de melhores serviços. Lembrou que não era uma obra prevista no programa eleitoral do PSD, mas dada a sua importância entendeu-se avançar, tal como aconteceu anteriormente. -----

MANUEL SERRA: Congratula-se com o lançamento do concurso da obra do Jardim Oudinot, visto que vai melhorar a zona envolvente do Navio Santo André. -----

FLOR AGOSTINHO: Apesar de tudo se encontrar devidamente documentado, foram proferidas inverdades pelo vereador João Oliveira, pelo que o Executivo se viu na obrigação de tornar público no site da CMI mapas datados de 30/09/07 e que foram fornecidos ao Vereador, em que se prova à saciedade de que a dívida da Câmara, nomeadamente do empréstimo a médio e a longo prazo, são na referida data de 13.743.888,00 euros, o que quer dizer que em Setembro já havia um decréscimo do valor de dívida de empréstimo a médio e a longo prazo. Agradece a disponibilização da informação contabilística no site da Câmara, visto que permite a todos os munícipes concluir que a verdade está transcrita. -----

Solicita esclarecimentos sobre as várias reuniões ocorridas entre os Presidente da GAMA, pois defende a gestão inter-municipal. -----

Termina, chamando à atenção para a limpeza de algumas vias pedonais, nomeadamente o corte de silvas, dando como exemplo a vala junto à Piscina Municipal de Ílhavo. -----

EDUARDO FERREIRA: Considera o 1º Salão Internacional de Pescas - Inter-Pescas como aceitável em movimento e em orgânica, mas é sua opinião que devia haver mais empenho publicitário junto das empresas, como do público em geral, visto que acções deste âmbito são um potencial de oportunidades de negócio que podem impulsionar o comércio e a indústria. -----

Solicita explicações sobre a divulgação do Concurso Literário Jovem, indicando que os prémios são demasiado modestos. -----

Chama à atenção para o estado de degradação do Pavilhão Municipal Desportivo da Gafanha da Encarnação, sendo este utilizado pelos alunos da EB23 da Gafanha da Encarnação. -----

Sobre a conservação do edifício municipal, recorda que o CDS chamou atenção anteriormente e que congratula-se que a sua conservação seja incluída no plano e orçamento para 2008. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro José Loureiro que a sua opinião é contrária. -----

O PS não precisa de recorrer à mentira matemática para fazer oposição, porque a dívida total da Câmara é de vinte e oito milhões, e não de valor superior como têm vindo afirmar, no entanto diz ser importante que haja actividade de oposição na Câmara. -----

Responde ao membro Eduardo Ferreira que os documentos apresentados são um grito de indignação ao anteriormente referido. -----

Informa o membro Flor Agostinho que a Câmara está a cumprir a Lei das Finanças Locais. -----

Sobre a matéria que o membro Humberto Rocha abordou, responde que na qualidade de Presidente, o membro assumiu compromisso num ofício de Março de 1995, de fazer a infra-estruturas em causa, passando a explicar todos os procedimentos tidos nas Presidências do Dr. Humberto Rocha, Eng.º Galante e na sua Presidência. -----

Indica que o processo é o mais velho que tem e que está a ser bem gerido, onde se continua a ter uma gestão da negociação com a empresa e dos processos judiciais que se vão suceder, para a matéria ser tratada com tranquilidade de que a Câmara vai manter intacta a propriedade da Biblioteca e do Fórum da Juventude. -----

Diz que o membro Mário Júlio deu um exemplo interessante de obra não prevista, mas que aproveitando a requalificação da Ponte da Barra, criar condições de capacidade de transporte para se um dia vier a ter necessidade de transportar toda a água consumida na Costa Nova e na Barra, haja capacidade instalada na Ponte. -----

Responde ao membro Manuel Soares que na actual fase vão haver processos de diálogo com as pessoas em causa, explicando que estão em arranque de negociações e que mais tarde informará a Assembleia com mais pormenor. -----

Explica ao membro Eduardo Ferreira, que apesar de concordar que os prémios do Concurso Literário Jovem serem baixos, entende que o 1º prémio no valor de 100,00 euros, para um jovem é bom prémio, pois pretende-se que a motivação do jovem seja o desafio para exercitar a sua língua materna. -----

Sobre a obra do Pavilhão E.B 2.3, da Gafanha da Encarnação, indica que vai avançar durante o ano de 2008 como também a obra de qualificação de espaços envolventes do próprio pavilhão e da escola. -----

Em relação à conservação do Edifício Municipal, diz que o PP tinha razão, mas sempre se pretendeu iniciar esta operação com o final da obra do Centro Cultural. Indica que a obra de reformulação do edifício já se iniciou no anfiteatro, com frente para o Largo Amália Rodrigues, onde será instalado o serviço de atendimento integrado da Câmara Municipal, para depois avançar com a limpeza de todo o edifício. -----

Quanto às questões do PAOD responde ao membro Eduardo Ferreira que os Bombeiros estão a ultimar o processo, estando a ser preparado o Caderno de Encargos e o Programa do Concurso para abrir o procedimento de Concurso Público para obter apoios do Estado, como também para avançar com o processo de expropriação dos terrenos. -----

Clarifica que a Câmara não perspectiva ter prejuízos financeiros com o processo que tem com o Nolasco & Coelho. -----

Informa o membro Humberto Rocha que o processo das Bolsas de Estudo não está em atraso, porque a atribuição das mesmas sempre foi feitas no mês de Janeiro. -----

Em relação ao RECUPERAILHAVO diz que está a ser reformulado para de forma atractiva cumprir os seus antigos e novos objectivos que lhe foram agregados. -----

Explica que o URBCOM teve apenas oito candidaturas, desconhecendo a sua aprovação, estando a Câmara fora do processo, visto que com um número de candidaturas tão reduzido a Câmara não reuniu condições para efectuar investimento. Indica que existe a UAC, e que derivou na Associação Ílhavo Comércio Vivo que está em vias de extinção, na medida de que esta candidatura foi aprovada em função da gestora que tinha 60% dos critérios de aprovação com base no seu curriculum. -----

Dado a gestora ter saído do projecto por ter obtido melhor proposta de emprego numa empresa multi-nacional, a candidatura ficou em causa. Na região existem outros dois municípios em situação idêntica. Informa que estão a aguardar informação, se esta situação é benéfica, ou é indiferente em relação aos Fundos Comunitários novos do QREN, achando o cúmulo de serem prejudicados por causa desta situação.

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

FLOR AGOSTINHO: Chama a atenção de todos os membros da Assembleia Municipal para as actividades de âmbito cultural realizadas pelas associações do Concelho e pela Câmara, destacando o lançamento do livro dos 70 anos do Museu, o livro "40 anos de fotografias" da autoria do ilhavense Carlos Duarte e da carta aberta sobre a Educação, do professor Domingos Cardoso na Comunicação Social. -----

HUMBERTO ROCHA: Indica que enquanto Presidente da Câmara tinha que respeitar as decisões tomadas pelo anterior Executivo do Eng Galante e fazer as infra-estruturas. No entanto após informação da Divisão DTOU, do parecer da Fundação Antero de Quental e da informação do IGAT a indicar para não avançar com as mesmas. -----

Informa que a firma Nolasco & Coelho apresentou uma queixa contra a Câmara, aquando da sua Presidência, tendo contestado em fins de 97, onde o Tribunal Administrativo de Coimbra, concede provimento ao recurso, anulando a deliberação. Seguiu-se novo recurso e a deliberação no Supremo acaba por anular a 1ª decisão de Coimbra. -----

Por fim, a firma Nolasco & Coelho prossegue com o processo, não tendo com o actual Executivo qualquer contestação. Em consequência da falta de contestação, a acção foi julgada procedente por provada e em consequência declarada a reversão a favor da doadora, a firma Nolasco & Coelho. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro Humberto Rocha que estão empenhados no processo negocial e judicial, indicando que a Biblioteca e o Fórum da Juventude são propriedade da Câmara Municipal de Ílhavo, aguardando pelos 2,3 milhões de euros que ainda está em dívida resultante dos apoios obtidos, tendo consciência de que foi uma candidatura aprovada antes do regime de overbooking. -----

Atendendo ao adiantar da hora, o Presidente da Mesa informou que se atingiu a hora de audição do público, e como não havia público para intervir, deu por finda a reunião pelas 00 H30 do dia seguinte, dia 08 de Dezembro de 2007. A Sessão terá a sua continuidade nos termos da convocatória. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR MAIORIA COM UM VOTO CONTRA DO MEMBRO DA DCU, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 29/02/08.